

Organização sindical e movimentos sociais: um estudo da Central Sindical e Popular (CSP)-Conlutas

Este artigo tem como objetivo analisar a organização sindical da classe trabalhadora no Brasil, em particular, a inserção do chamado campo “popular” no interior da CSP-Conlutas. Na dinâmica própria de estruturação das entidades sindicais classistas no país, nossa preocupação foi analisar a mais recente experiência de organização dos (as) trabalhadores (as) brasileiros (as) expressa na CSP-Conlutas pelo ineditismo de sua proposta: a unificação, em uma mesma Central, das mais variadas formas organizativas da classe trabalhadora.

No Brasil, os finais dos anos 1970 foram marcados pelo surgimento de um novo sindicalismo Boito (1991); Antunes (1995). As greves, iniciadas no centro industrial paulista, impulsionaram um forte movimento de oposições sindicais, que alastraram pelo país o questionamento à estrutura sindical e aos governos da ditadura civil-militar. É deste período que resultaram na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980. A CUT aglutinava as diretorias sindicais de oposição à ditadura e à estrutura sindical, bem como as associações de servidores públicos, as oposições sindicais e os movimentos de esquerda ligados à Igreja Católica. Assim, no final dos anos 1980, a CUT tornou-se a maior Central Sindical do país, inspirando confiança de uma parte significativa da classe trabalhadora na possibilidade de construção de outro projeto de sociedade.

Entretanto, no final dos anos da década de 1980 e início da década de 1990, o projeto classista, combativo, de massas e socialista proposta pela CUT inicia suas primeiras transformações. Foi a partir desta década que temos a implementação da política de ajuste neoliberal no país e uma intensa campanha ideológica de vitória do capitalismo sobre o socialismo, após a queda do mudo de Berlim e a dissolução da União Soviética. Nesta quadra histórica de ofensiva econômica, política e ideológica da burguesia, a CUT tem suas primeiras modificações estatutárias: um movimento interno de disputa da ala majoritária com os grupos de esquerda, em que o primeiro grupo obteve a vitória, levou a Central a progressivos processos de institucionalização perante o Estado, de verticalização de suas instâncias e de restrição na participação de delegações de base, além de alterações significativas nas táticas e políticas apresentadas nos processos de luta. Durante a década de 1990, observamos os avanços nas modificações que levaram a CUT a, paulatinamente, se transformar em uma Central

Sindical pautada pela negociação ante ao conflito, seguindo o modelo do sindicalismo propositivo (na lógica do capital) e “cidadão”, em contraposição ao modelo de sindicalismo classista pautado na ação direta para a conquista das demandas dos trabalhadores.

Apesar destas diversas mutações, ocorridas já nos anos 1990 foi, sem dúvida, nos anos 2000 que esse processo se consolidou (Galvão, 2006, 2009, 2012 e 2014; Boito, Galvão e Marcelino, 2009; Trópia, 2013). A estreita relação da CUT com o PT fez com que a entidade perdesse, em certo grau, sua autonomia política, sobretudo no momento em que este venceu as eleições presidenciais de 2003 e, para garantir a governabilidade de Luís Inácio Lula da Silva, a Central reduziu seu discurso oposicionista. A adoção por parte do PT da continuidade da política econômica do seu governo antecessor - para o qual a CUT adotava uma prática oposicionista declarada -, fez com que, em pouco tempo, a Central se encontrasse em contradição com setores de sua base. O posicionamento acrítico da CUT em relação às reformas da previdência, trabalhista e sindical contribuiu para reforçar a constatação feita por setores à esquerda da CUT: a Central já não teria mais condições de atuar de forma autônoma, independente, classista e combativa. A partir destes posicionamentos, tais setores rompem com a CUT para iniciar a desenvolvimento da experiência da Conlutas.

Inicialmente Conlutas¹ e, posteriormente, CSP-Conlutas, surge com dois objetivos: resgatar a concepção autônoma, independente, combativa, classista e socialista para o movimento sindical brasileiro; e apresentar um novo formato organizativo para as lutas da classe trabalhadora, adequando-o à necessidade de respostas frente às transformações do mundo do trabalho, de modo a construir o rompimento do modelo corporativista, que fragmenta e separa as organizações da classe².

¹A Conlutas surge em 2004 como parte da iniciativa do Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), denominação do grupo ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) quando integrava a CUT; do Movimento Esquerda Socialista (MES), Movimento de Ação Sindical (MAS) e do Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), correntes internas do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) (GALVÃO, 2013, pgs. 82 e 83).

²“É preciso reafirmar que o tipo de organização sindical e popular de nossa central permite criar laços orgânicos com a população pobre, através da elaboração de políticas para as diversas categorias em seus locais de moradia, estudo, lazer, considerando suas necessidades mais sentidas e que muitas vezes se estendem para além de suas necessidades economicistas, tais como a luta por moradia, educação, saneamento, contra a violência dos grandes centros urbanos, etc [...] A Central pode se constituir em uma Grande Frente e Sindical e Popular, que consiga atrair para a justeza de sua política setores importantes da classe trabalhadora brasileira, que apesar de ter sua centralidade mantida nos setores formais, conta hoje com uma cara completamente nova, que tem que ser entendida para ser organizada com suas bandeiras específicas (Caderno de Resoluções – 1º Congresso CSP – Conlutas, pgs. 9 e 10).

As mudanças no padrão de acumulação – a era da acumulação flexível nos termos de Harvey (1992) - trouxeram novos desafios, não apenas com as modificações dos métodos de extração de mais-valia nos locais de trabalho mas, sobretudo, a partir da complexificação do capitalismo, ocorrida nos últimos cinquenta anos, com a reinvenção e invenção dos meios de apropriação da riqueza socialmente produzida, o que veio acompanhado de um processo de mercantilização dos direitos, dos corpos e dos espaços. A “mercadorização” da vida fez surgir - ou intensificar - novas pautas de luta dos trabalhadores, expressas nas suas diferentes dimensões da vida. Portanto, para responder a essa realidade da luta de classes, avaliava-se a necessidade de se repensar a forma como se articulavam as lutas dos trabalhadores urbanos e rurais, dos desempregados, dos movimentos populares, dos setores oprimidos, etc. Os meios utilizados para alcançar a superação do capitalismo precisavam, assim, responder à totalidade das formas de exploração e de opressão em que esse sistema se expressa na vida da classe trabalhadora.

Na avaliação dos setores de esquerda do movimento sindical e popular, sobretudo após os processos de adaptação da CUT ao jogo institucional burguês e sua cooptação frente aos governos de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-16), era necessário cumprir a tarefa de resgatar a concepção de auto-organização da classe trabalhadora para a construção de um projeto político societário em contraposição ao modelo burguês. Conforme observamos, o modelo conciliatório com os empresários e os governos se consolidou durante os governos petistas, fazendo com que a maior Central Sindical do país se transformasse em uma “correia de transmissão” das políticas de Estado no movimento sindical. Esse processo ocorreu de maneira similar com diversos outros movimentos sociais, que se institucionalizaram ou se transformam em ONGs abdicando, assim, do horizonte estratégico da luta conflitiva, classista e independente do Estado para a superação da ordem do capital.

Os debates de surgimento da Conlutas e CSP-Conlutas estiveram vinculados à tese de que, após a chegada do PT à presidência, a CUT assumiria uma postura de defesa das políticas de governo e, devido à sua cooptação, não seria vanguarda na direção das lutas reivindicativas da classe trabalhadora, o que produziria um intenso debate de reorganização das forças de esquerda no campo sindical e popular. A CUT, ao tentar frear esses movimentos para garantir a governabilidade, se depararia com a disposição de luta de setores da classe trabalhadora produzindo, desta maneira, um conflito político e ideológico, assim como críticas e rompimentos dos trabalhadores.

Com isso, o PT e a CUT reduziriam suas influências sobre sindicatos e movimentos populares permitindo, então, que a CSP-Conlutas pudesse disputar os setores que historicamente estiveram vinculados às direções cutistas.

Os prognósticos, embora tenham acertado algumas previsões, não se concretizaram em todos os seus aspectos. Em primeiro lugar, a realidade confirmou a avaliação feita de que PT não romperia com a política econômica neoliberal e que, portanto, aplicaria políticas no sentido de retirar direitos dos trabalhadores. (Caderno de Resoluções – CONAT 2006, pg. 12). Também estava correta a análise de que a CUT seria vacilante na tarefa de convocar lutas para se enfrentar com o governo e suas políticas, o que ficou evidente na reforma da Previdência de 2003. Entretanto, apesar desse cenário e sua sequência ao longo dos doze anos de governos petistas, o processo de ruptura dos trabalhadores com a CUT e o PT não foi imediato e massivo. Como exemplo, em 2004, com o chamado para a construção de uma Coordenação para organização das lutas contra as contrarreformas neoliberais, os setores que se vincularam a essa iniciativa foram, de certo modo, aqueles diretamente afetados ou os já influenciados pelos setores de esquerda que romperam com a CUT.

Apesar disso, o projeto de formalizar uma entidade classista no movimento sindical e popular seguiu em frente ocorrendo, em 2006, a fundação da Conlutas. Ainda que, no primeiro momento, a Conlutas não tivesse um arco amplo de entidades e correntes políticas, sua proposta desenvolveu-se com muitas iniciativas de oposição ao governo e de contraposição à CUT, como pudemos perceber nos cadernos de resolução dos congressos de 2006, 2008 e 2010. Podemos, assim, considerar que mesmo ainda sendo uma central minoritária, conseguiu se afirmar dentro de um projeto que tinha como objetivo o resgate da concepção classista para o movimento dos trabalhadores e articular os setores sindicais e populares.

No período de criação da Conlutas, o processo de reorganização político-sindical dava sinais de continuidade, momento em que foi criada a Intersindical e, no plano político-partidário, o PSOL - ambos como parte da ruptura com a CUT e o PT. Com isto, no final da primeira década do século XXI, avançam os debates sobre a unificação das entidades em uma mesma Central, após diversas lutas conjuntamente desenvolvidas, em 2010, pelos setores da esquerda do movimento sindical, popular e estudantil. A Conlutas, Intersindical, MTST, Pastoral Operária Metropolitana de São Paulo, MTL e o MAS decidem, assim, pela realização de um congresso com objetivo

central de unificar esse campo de ativistas. Caderno de Resoluções – 2º Congresso da Conlutas, págs.14 e 15).

Ao final do CONCLAT³, embora não tenha ocorrido a unificação com todos os setores, especialmente com a Intersindical, ocorre a fundação da CSP-Conlutas, já formada com a incorporação de organizações não sindicais, como o MTST. Até a realização do 1º Congresso da CSP-Conlutas, o MTST compunha a Central, mas por divergências políticas com o setor majoritário, em julho de 2012 o movimento delibera pela sua saída.

Queremos destacar a inexistência de pesquisas substantivas do fato que caracteriza o ineditismo da proposta da Central: a organização dos movimentos populares no seu interior. Com base nos documentos congressuais, desde a Conlutas até o II Congresso da CSP, bem como nos relatórios dos setoriais⁴ e na realização de entrevistas⁵, buscamos encontrar elementos que nos auxiliassem neste esforço inicial de compreensão do desenvolvimento do “setor popular” na Central. Nosso estudo, portanto, não esgota as possibilidades de novas investigações a respeito do tema, apenas suscitamos questionamentos e levantamos alguns pontos para contribuir na compreensão da(s) forma(s) organizativa(s) de luta contemporânea da classe trabalhadora no país.

A CSP-Conlutas, nesses seus sete anos de existência, alcançou importantes avanços no desenvolvimento dessa experiência organizativa. A Central permitiu dar organicidade às discussões e iniciativas realizadas pelos movimentos sindicais populares, construindo relações com novas bases sociais, como os setores mais pauperizados, o que antes, através da CUT, ocorria apenas de forma esporádica e conjuntural. Este novo paradigma de organização das entidades da classe trabalhadora permitiu que a Central pudesse complexificar suas análises sobre a conjuntura do país e envolver as demandas dos setores populares em um programa político comum ao do movimento sindical.

³Embora a unificação da Conlutas e da Intersindical fosse o principal objetivo da realização do CONCLAT, esta acabou não sendo alcançada. O nome aprovado em plenária havia sido CONLUTAS/INTERSINDICAL – CENTRAL SINDICAL E POPULAR, porém, com a retirada da Intersindical, MAS e Unidos pra Lutar do congresso na plenária final, o nome adotado ficou sendo CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular.

⁴ Apresentaremos o resultado das reuniões da CSP-Conlutas realizadas no período entre agosto de 2015 - primeira reunião após a realização do II Congresso Nacional - e abril de 2017, antepenúltima reunião da Coordenação Nacional que antecede o III Congresso Nacional. O nosso foco será os debates e resoluções dos setoriais de movimentos populares urbanos e rurais e dos movimentos de lutas contra as opressões.

⁵Os (as) entrevistados (as) foram indicados pelos setoriais a partir do tempo de militância na Central, no setorial e pela importância de suas contribuições no movimento. Foram entrevistados três homens e duas mulheres.

Percebemos, com isso, a articulação de intervenções unificadas dos setores sindicais e populares em distintos processos de mobilização, seja na luta popular de ocupações ou nas mobilizações sindicais.

A participação dos movimentos de luta contra as opressões (machismo, racismo e lgbtfobia) de orientação classista nas instâncias deliberativas da Central - Congressos e Coordenações Nacionais -intensificou a inserção das pautas relativas às mulheres, aos (às) negros (as) e LGBTs nas políticas deliberadas, sendo difundidas por meio de suas incorporações nos sindicatos e nos movimentos de base. A marca classista do debate produzido pelos setoriais de luta contra as opressões e difundido pelas entidades sindicais e populares representa um importante contraponto às orientaçõesde luta identitárias que são desenvolvidas pela maioria dos movimentos de mulheres, LGBTs e étnico-raciais. Esse processo permitiu à CSP-Conlutas transversalizar as demandas específicas dos setores oprimidos em todas as análises da realidade social do país. Também participação dos movimentos populares e de luta contra as opressões na CSP-Conlutas fez com que estes pudessem se desenvolver e se nacionalizar, processo este caracterizado pelos entrevistados de “guarda-chuva” político.

Da mesma maneira, a participação de movimentos de luta urbana por moradia e demais bandeiras de acesso ao “direito à cidade”, dos movimentos de luta pela terra, camponeses, indígenas e quilombolas, assim como dos movimentos classistas de mulheres, negros e LGBTs, cumprem, em determinado aspecto, o papel de construir uma noção de uma central sindical que tenha sua atuação para fortalecer a unidade de todas as lutas da classe trabalhadora, rompendo a tradição de central sindical de atuação apenas nas pautas econômicas. A experiência da CSP-Conlutas, portanto, surge com uma iniciativa de fomentar espaços permanentes de unidade e articulação entre os trabalhadores, seus movimentos e organizações, bem como pautar ações que não tenham, no campo da institucionalidade e da defesa de serviços e políticas públicas, a centralidade de suas ocorrências.

O suporte oferecido pela Central como, por exemplo, o financeiro, impulsiona também efetivamente as possibilidades de desenvolvimento das ações dos movimentos sociais o que, sem o amparo na CSP, provavelmente não teriam condições de realizar ocupações, seminários.

A retomada dos princípios, aos poucos abandonados pela CUT e, consequente, por parte significativa do movimento sindical, cumpriu um papel importante para a organização e atuação dos sindicatos e movimentos sociais, num período de forte

ofensiva ideológica do capital. Desta maneira, como relatado por parte dos entrevistados e observado nas resoluções congressuais, a orientação do trabalho de base a partir de uma educação militante de visão classista, anti-imperialista, anti-capitalista e socialista demonstra, mesmo frente aos limites impostos pela realidade, a real possibilidade de organizar movimentos da classe trabalhadora de forma independente de empresários e governos.

Nesse sentido, consideramos que o formato de estruturação da Central representa um importante avanço, tendo em vista a aposta feita pela CSP-Conlutas no modelo horizontalizado de Coordenação Nacional para a tomada de decisões políticas, buscando, assim, quebrar o modelo verticalizado de Central, em que as decisões ficam sempre a cargo de uma diretoria eleita em congressos bianuais.

Embora tenha sido possível reconhecer os avanços obtidos pela Central nesses últimos anos percebemos que tal experiência está em estágio de desenvolvendo. Ainda que o projeto da Central envolva uma parte do sindicalismo brasileiro situado à esquerda do espectro político, não podemos ignorar os efeitos do abandono da perspectiva classista pela CUT também sobre tais organizações. Aspecto que nos chamou bastante atenção foi que a unanimidade dos entrevistados (as), destacou que hoje um dos principais impedimentos para o avanço do projeto sindical e popular da CSP-Conlutas está na visão estreita economicista ainda presente em parte importante dos sindicatos da CSP. Essa postura e debilidade política de dirigentes sindicais enfraquecem, em determinados momentos, uma maior organicidade na articulação das lutas em comum e a aplicabilidade das resoluções apresentadas pelos movimentos populares.

As dificuldades colocadas pelas duas décadas de forte ofensiva ideológica capitalista trouxeram consequências, também, para esse setor do movimento sindical, recrudescendo os seus aspectos corporativistas e economicistas. Por conseguinte, conforme observado nos relatos de todos os (as) entrevistados (as), podemos afirmar que a atuação sindical corporativista e economicista tem sido um dos principais impedimentos para o desenvolvimento do “campo popular” na CSP-Conlutas. Esse elemento, desde o início da trajetória da construção da CSP, colocou desconfianças sobre o êxito de sua proposta. A prática viciada de alguns sindicalistas - mesmo no campo da esquerda -, ainda muito orientada pela noção da estrutura institucionalizada, hierarquizada, verticalizada e estritamente econômica dos sindicatos cria dificuldades para a atuação dos movimentos populares na Central. Sabemos que, por sua origem, a

atuação dos sindicatos pressupõe lutas econômicas, porém, os movimentos populares alertam e pressionam para que tais entidades não se limitem a esse campo. A dinâmica que percebemos que os movimentos populares e de luta contra as opressões tentam imprimir pelos debates é de uma central que esteja disposta a construir um modelo de intervenção radical e questionadora da ordem.

Nesse sentido, uma preocupação levantada pelos entrevistados - com a qual temos acordo e que implica no avanço do projeto da CSP-Conlutas - aponta para a necessidade dos sindicatos, setor ainda majoritário na Central, enfrentarem desafios como a baixa formação política de seus diretores; avançarem nas pautas de luta contra as opressões e estreitarem as relações com os movimentos populares criando, assim, um sindicato que impulse, cada vez mais em seus materiais direcionados às bases, reflexões sobre os diversos aspectos da luta política presente na sociedade. Informando, por exemplo, os motivos da luta dos sem-terra, dos indígenas, dos quilombolas, do movimento de moradia, os debates sobre o racismo, machismo e LGBTfobia. Utilizando, por exemplo, a imprensa sindical como mecanismo de propaganda destas lutas para combater o preconceito, educando as bases das categorias para a noção ampla da luta de classes. Esse conjunto de sinalizações pode, portanto, contribuir para uma maior aplicabilidade das resoluções apresentadas e aprovadas pelos setores populares nas bases dos sindicatos, visto que a participação desses movimentos nas instâncias de deliberação da Central é, ainda, minoritária.

Outro apontamento sobre o desenvolvimento da CSP-Conlutas refere-se à sua influência nas outras organizações e movimentos sociais. Apesar da consolidação da CSP, nesse último período, enquanto uma organização sindical e popular, o processo de reorganização não tomou, ainda, a repercussão que se esperava. Percebe-se que ainda são poucas as entidades de movimento populares urbanos, rurais e de luta contra as opressões que vêm a CSP-Conlutas como o espaço para articulação das lutas populares e das demandas dos seus movimentos. Por exemplo, devido a esse pequeno número de organizações dos movimentos populares e de luta contra as opressões no interior da CSP-Conlutas, em algumas reuniões da Coordenação Nacional, a reunião do Setorial de Movimentos Populares Urbanos não ocorreu, e as reuniões dos setoriais ligados aos temas de combate às opressões tiveram seu funcionamento regular garantido devido a também participação de membros do movimento sindical ligados à temática. Portanto, nota-se como um aspecto limitador do projeto Sindical e Popular o pequeno número de

organizações populares e de luta contra as opressões e organizações que estejam hoje na Central, para além das já influenciadas pelas correntes políticas da esquerda socialista.

A reorganização ocorrida nos anos 1980 - fundamental para o surgimento do “novo sindicalismo”, da CUT e do PT - deixa, ainda, suas marcas na representatividade política do país: a CUT segue hegemônica, a Força Sindical se apresenta como a segunda maior central do país e as experiências de esquerda, tendo como destaque a CSP-Conlutas, são ainda minoritárias na organização política da classe.

Deste modo nota-se que, mesmo com as traições do PT e da CUT ao longo das últimas décadas, tais organizações ainda ostentam números significativos de representatividade na classe trabalhadora brasileira, sendo consideradas, inclusive, de esquerda pelo senso comum. Assim, o próprio desenvolvimento da CSP- Conlutas não se restringiu às suas ações, acertos e erros, mas sofreu impactos diretos da disputa política que se apresenta na sociedade, sobretudo do nível de confusão política presente na consciência dos trabalhadores, o que os impede de obter a clareza da necessidade de um projeto político emancipatório. Portanto, a CSP-Conlutas, que assume a bandeira de superação do capitalismo e construção do socialismo, por meio da ação direta, vê um campo ainda limitado nos movimentos populares para aprofundar a reorganização sindical e popular.

Acreditamos que o modelo da CSP-Conlutas representa um importante esforço para recuperação das possibilidades de construção de um campo socialista na organização dos trabalhadores. A ousadia em pensar novas formas de articular as lutas dos trabalhadores, unindo o modelo sindical tradicional com os movimentos populares urbanos, de cultura da periferia, de assalariados rurais, negro, indígenas e mulheres pode ser muitoefetivo para interromper uma dispersão das organizações classistas e fortalecer as forças de esquerda socialista para disputa do movimento de massas. Isto, claro, desde que tenha a capacidade de incorporar novos movimentos populares, ampliando a relação com outras experiências de esquerda que já não se organizam sob os domínios da CUT e do PT e que reverta os elementos mais atrasados que se expressam no seu interior, como por exemplo, o que os entrevistados, em unanimidade, chamaram de sindicalismo economicista.

Por isso, pela inovação da proposta organizativa e do caráter político que são orientados os movimentos que compõem a central, é que julgamos que tal proposta tem as melhores condições para dialogar com um conjunto mais amplo da classe

trabalhadora na perspectiva da esquerda socialista, em uma realidade que apresenta a necessidade de construção de um projeto político alternativo ao PT e à CUT.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. SP: Pontes, 1995.

BOITO, Armando: **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. RJ: Paz e Terra, 1991.

GALVÃO, Andreia. “O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos.” in **Revista Outubro**, Ed. 14, art. 7, 2006.

_____; BOITO, Armando. **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. SP: Alameda, 2012.

_____. “A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula” in **Revista Outubro**, Ed. 18, art. 7, 2009.

_____. “A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro” in **Crítica Marxista**, n.38, p.103-117, 2014.

TRÓPIA, “A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro” in **Crítica Marxista**, n.38, p.103-117, 2014.

Patrícia Viera, GALVÃO, Andréia e MARCELINO, Paula. “A reconfiguração do sindicalismo brasileiro nos anos 2000: as bases sociais e o perfil político-ideológico da Conlutas” in **Opinião Pública**, Campinas, vol. 19, nº 1, junho, 2013, p.81-117.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. SP: Edições Loyola, 1992.

Materiais Congressuais:

Caderno de Resoluções do CONAT, 2006.

Caderno de Resoluções do 1º Congresso da Conlutas, 2008.

Caderno de Resoluções do 2º Congresso da Conlutas, 2010.

Caderno de Resoluções do CONCLAT, 2010.

Caderno de Resoluções do 1º Congresso da CSP-Conlutas, 2012.

Caderno de Resoluções do 2º Congresso da CSP-Conlutas, 2015.

Relatórios das Reuniões da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas: agosto e novembro de 2015; fevereiro, agosto e outubro de 2016; fevereiro e abril de 2017.

